



PROCESSO ADMINISTRATIVO 122/2025

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 21/2025

1. OBJETO:

Aquisição de material do tipo macadame, extraído de propriedade particular, visando à utilização na manutenção e recuperação de estradas e vias não pavimentadas da zona rural do Município de Nova Trento.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Na forma do caput do artigo 74, da Lei nº 14.133/2021, que trata da inexigibilidade de licitação quando é inviável a competição e em conformidade com o Decreto Municipal nº 210/2024, considerando a necessidade da contratação.

*Lei nº 14.133/2021 – Seção II – Da Inexigibilidade de Licitação:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição...*

A contratação ora proposta fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços de infraestrutura viária no Município de Nova Trento, por meio do fornecimento e transporte de material pétreo (macadame) proveniente da escavação resultante das obras de alargamento de via atualmente em execução.

O aproveitamento desse material, que está sendo extraído diretamente do local da obra, visa não apenas à economicidade e à racionalização dos recursos públicos, mas também à agilidade na manutenção e recuperação de estradas não pavimentadas da zona rural do Município. Essas vias são essenciais para o deslocamento da população, o escoamento da produção agrícola, o acesso a serviços públicos e a circulação de veículos oficiais.

A ausência do transporte adequado do material inviabilizaria sua reutilização, resultando em desperdício de recursos naturais e públicos, além de comprometer a efetividade das ações de manutenção viária. A contratação, portanto, é imprescindível para garantir a continuidade do serviço público, a sustentabilidade das intervenções realizadas e a observância dos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. CONTRATADO:

VALTER MARCHI, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 612.***.***-04, possuidor do imóvel rural situado à estrada geral da Valsugana, sob a matrícula 7.451, sob propriedade de Elias Buttchewitz, inscrito no CPF. nº 770.***.***-04, com documento comprovando posse do imóvel apresentado e anexado aos autos do processo.

4. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO:

A escolha do contratado fundamenta-se na natureza singular da situação, que envolve a destinação imediata de material pétreo (macadame) extraído durante a execução de obra pública de alargamento de via, realizada em terreno pertencente ao morador em questão.

Diante da necessidade de evitar o desperdício e os custos adicionais com descarte e aquisição de material semelhante, optou-se por destinar esse material às frentes de serviço de manutenção de estradas vicinais, promovendo o reaproveitamento eficiente de recursos públicos.

A escolha do contratado fundamenta-se na natureza singular do objeto, uma vez que o material pétreo (macadame) a ser utilizado na obra de alargamento de via pública encontra-se no interior de imóvel de propriedade particular, sendo este o único local disponível, no contexto da intervenção, para a extração e aproveitamento imediato do material.

O terreno em questão pertence exclusivamente ao Sr. VALTER MARCHI, não havendo, portanto, possibilidade de competição entre potenciais fornecedores, dado que somente o proprietário detém legitimidade para autorizar a extração e uso do material ali existente.

Dessa forma, a contratação direta mostra-se a única via viável para garantir a continuidade e economicidade da obra pública em execução, respeitando os princípios da eficiência e do interesse público.

A inexigibilidade da licitação encontra fundamento no **caput do art. 74 da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de hipótese em que é **inviável a competição**, dada a exclusividade da origem do bem e a impossibilidade de substituição por outro fornecedor.

5. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Durante o exercício de 2024, a Administração Municipal adquiriu material com características e finalidade semelhantes pelo valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por tonelada, o que corresponde a R\$ 80,00 (oitenta reais) por metro cúbico, considerando a densidade média de 1,6 ton/m³, conforme registros de preços anteriormente formalizados.

No presente caso, a Administração fará uso do material resultante da obra de alargamento viário, executada em terreno de propriedade do contratado, utilizando-o ao longo do exercício vigente. Em contrapartida, será pago ao proprietário o valor anual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme previsto contratualmente, a título de cessão do material extraído.

Destaca-se que todo o processo de escavação, retirada, transporte e aplicação do material será realizado com recursos próprios da Administração, que disponibilizará o maquinário e a mão de obra necessários, cabendo ao contratado apenas a autorização para utilização do material oriundo de seu imóvel. Ressalta-se, ainda, que o proprietário também será beneficiado com a extração do material, tendo em vista que a atividade contribui para a conformação do terreno e para a execução da obra pública de alargamento da via que o atende diretamente.

